

## Há liberdade de imprensa na Venezuela?

Mônica Simioni<sup>32</sup>

**Resumo:** A grande mídia usa a idéia de liberdade de imprensa para exercer libertinagem informativa. Instrumento da classe dominante, ela se mascara de cidadão confundindo responsabilidades sociais e compromissos públicos. Na Venezuela não é diferente.

**Abstract:** The big media uses the idea of press liberty to exercise libertinism of information. Class dominant's tool, it put on a mask of citizen confusing social responsabilitys and public obligations. On Venezuela is not different.

Desde o desenvolvimento nas novas tecnologias de informação e o surgimento da sociedade em rede, se intensificou a já intrínseca relação entre os sistemas políticos e a mídia. Até então, nos estudos de comunicação e política, predominava uma leitura de que a grande mídia havia alcançado tamanha força e impacto na sociedade contemporânea que chegava a ser tão importante quanto os tradicionais poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta idéia é conhecida como a do quarto poder.

Segundo a teoria gramsciana, o poder econômico e político da classe dominante é exercido indiretamente por meio de seus intelectuais que estabelecem mecanismos regulares e fortes o suficiente para se fazerem únicos a serem ouvidos no seio da sociedade civil, que além de regular a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias.

Tendo esse conceito como premissa, podemos afirmar que, na verdade, a mídia é sim um instrumento utilizado pela classe dominante através do qual são massificadas de maneira rápida e eficiente seus preceitos. Seu papel no sistema não é o de mais um poder político mas de um mecanismo pelo qual é exercida a hegemonia da classe dominante, ou melhor, do “pensamento único” neoliberal.

Compreender o real papel da mídia é fundamental para entendermos o que está realmente em questão quando se fala em liberdade de expressão e de imprensa. Discussão

---

<sup>32</sup> Jornalista, mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP, pesquisadora do Neamp ([mosimioni@uol.com.br](mailto:mosimioni@uol.com.br))

esta que conquistou espaço nos veículos da grande imprensa mundial nos últimos anos. Especialmente quando se trata do governo do presidente Hugo Chávez na Venezuela. Antes de mais nada é preciso esclarecer o que é liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Apesar de serem tratadas praticamente como sinônimos por jornalistas e articulistas. A primeira diz respeito ao direito garantido constitucionalmente a todo cidadão de expressar suas idéias independente de religião, cor, classe ou raça. Já a segunda é voltada exclusivamente à atuação de jornalistas, uma espécie de garantia de que possa exercer seu trabalho.

Entretanto é comum a grande imprensa evocar ambas liberdades no intuito de justificar sua atuação partidária. Travestindo-se de cidadão, a mídia argumenta que precisa defender seu direito de se expressar. Acostumada a fazer o que quer, na hora que quer, como quer, a imprensa pratica, na verdade, uma libertinagem informativa. E usa do seu imenso poderio para ameaçar qualquer segmento que proponha disciplinar seu trabalho.

Por esse motivo, vimos nos últimos anos de governo de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil a grande mídia manter o fantasma da censura vivo, como se propostas democráticas como a criação de uma ordem nacional de jornalistas, semelhante a dos advogados para regular a atuação dos profissionais, e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) para combater abusos econômicos e promover o fortalecimento da produção nacional, fossem uma ameaça a toda a sociedade, podendo cercear a expressão dos cidadãos.

No Brasil, por não haver uma lei que regule a atuação da mídia, encontramos essa libertinagem com grande força. A lei de concessões de sinais de rádio e televisão não é respeitada. Existe elevada concentração de veículos nas mãos de poucas pessoas, os chamados coronéis eletrônicos<sup>33</sup>. Entre eles está justamente o da família Marinho, que possui um gigantesco complexo midiático que perpassa por todas as tecnologias de informação. A Rede Globo é considerada um dos três maiores grupos midiáticos do continente junto com as corporações Cisneros (Venezuela) e Clarín (Argentina).

Aqui, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regula apenas os interesses das grandes corporações midiáticas, como a fiscalização do espectro radial, a

---

<sup>33</sup> Conceito desenvolvido pelo professor Venício A. Lima.



liberação de concessões para empresários que integram seu grupo econômico, barrando a liberação de sinal para rádios comunitárias.

Outra falácia comum em seus discursos é a defesa de que seu trabalho é independente de qualquer posição, é neutro, apenas objetiva a divulgação de informações. Entretanto, como sabemos, é preciso selecionar essas informações que serão divulgadas. E esse trabalho editorial é inquestionavelmente parcial.

Por mais que repitam que são profissionais independentes e que estão servindo o país, a verdade é que não existe independência quando se fala em comunicação e formação da opinião pública. Esse argumento purista é apenas mais uma máscara para a manutenção do poder hegemônico.

## Venezuela

Desde que sofreu o golpe de Estado orquestrado midiaticamente em abril de 2002, o presidente Hugo Chávez decidiu elaborar uma estratégia comunicacional que pudesse fazer contraponto aos meios de comunicação que atuavam como um partido político contrário ao seu governo. Em 2004 criou a lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, conhecida como Lei Resorte, que criou as bases para a regulação do setor audiovisual e impresso. Criou também o Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel) que fiscaliza o cumprimento da lei.

A regulação do setor é uma ameaça direta à libertinagem a que a oposição ao governo estava acostumada. Como no Brasil, as propostas foram deturpadas e rotuladas de antidemocráticas, ditatoriais e instabilizadoras.

Quem acusa o governo? Organismos internacionais de fiscalização da liberdade de imprensa sediados nos Estados Unidos e na Europa. Por exemplo, a Sociedade Internacional de Prensa (SIP) que constantemente articulam pretextos para divulgar notas

em que fazem coro com a oposição venezuelana e criticam a “falta de liberdade de imprensa” no país.

O que existe de fato na Venezuela? Há uma intensificação da luta de idéias entre os segmentos conservadores e progressistas, decorrente - principalmente - da polarização política em que se encontra o país. E esta batalha se deflagra com fervor nos meios de comunicação, sejam eles privados, públicos ou comunitários.

Por exemplo, na imprensa escrita existem alguns jornais privados de grande circulação. Dois são bastante conhecidos por sua participação na orquestração do golpe de Estado: El Universal e El Nacional, que mantém seu tom anti-chavista ainda hoje.

Além destes, os principais canais de televisão são Venevisión, Globovisión, RCTV e Univisión, todos usam de uma confusão oportuna e perversa entre jornalismo e entretenimento para sua campanha anti-chavista.

Hoje, com o apoio do governo federal, o cidadão venezuelano possui centenas de novas fontes alternativas de informação. Na imprensa escrita existem inúmeros jornais semanais e mensais que são distribuídos gratuitamente. Um inclusive, Diário Vea, privado, consegue ser diário.

Na tevê o governo ousou colocar em pauta a concessão das emissoras de sinal aberto. Em maio de 2007 venciam os contratos de Venevisión e Rádio Caracas de Televisión (RCTV). Com a primeira, do magnata Gustavo Cisneros, o governo conseguiu dialogar e renovou a concessão diante do compromisso do empresário em respeitar as leis, ademais à sua posição com relação ao governo.

Já a segunda emissora se recusou. Assim, o governo não renovou o contrato e passou o sinal para a Televisora Venezolana Social (TVes), integrada por diversas tevês comunitárias. A decisão foi democrática e contou com grande apoio popular. Mas acabou se tornando mais um alvo de disputa entre oposição e governo. E o governo foi criticado duramente na grande imprensa venezuelana e mundial.

No Brasil diversos articulistas dos principais jornais embarcaram no movimento alegando que não era democrático o Estado não renovar uma concessão que é pública. O Estado, como o pensamento neoliberal dita, deve ser mínimo e interferir o menos possível nos assuntos econômicos e políticos. Mas não há nada mais democrático do que discutir concessões públicas. Em todos os segmentos da economia as concessões deveriam ser fiscalizadas, analisadas e renovadas segundo critérios estabelecidos por toda a sociedade, e

não em benefício apenas de um pequeno segmento que mantém seus lucros em alta. Seja com relação a distribuição de gás, água, ao saneamento, a telefonia.

Além disso, as grandes corporações defendem que haja fiscalização apenas contra as rádios comunitárias e livres, que são chamadas de piratas, marginalizadas e acusadas até mesmo de derrubar avião<sup>34</sup>.

A RCTV não teve cassada sua concessão. Não foi tirada do ar. Muito menos calada. É uma prestadora de serviço e infringiu as leis que regulam o setor no país, como por exemplo o horário de exibição para conteúdos impróprios para crianças. A grande mídia venezuelana ditou os argumentos e a grande imprensa mundial gritou junto: A RCTV estava sendo perseguida porque era contra Chávez.

A Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão regula a difusão e recepção de mensagens por qualquer empresa prestadora de serviços de rádio e televisão, incluindo programação, anúncios e produções nacionais. Seu artigo 3º define bem seus objetivos:

“1) Garantir que as famílias e pessoas em geral contem com mecanismos jurídicos que permitam desenvolver de forma adequada o rol e a responsabilidade social que lhes corresponde como usuários e usuárias, colaboração com os prestadores de serviços de divulgação e com o Estado; 2) Garantir o respeito à liberdade de expressão e informação, sem censura, dentro dos limites próprios de um Estado Democrático e Social de Direito e de Justiça e com as responsabilidades que acarreta o exercício da dita liberdade, conforme a Constituição da República Bolivariana de Venezuela, os tratados internacionais (...) e a lei; 3) Promover o efetivo exercício e respeito dos direitos humanos, em particular, os que dizem respeito à proteção da honra, vida privada, intimidade, própria imagem, confidencialidade e reputação e ao acesso a uma informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura; 4) Procurar a difusão de informação e materiais dirigidos a crianças e adolescentes que sejam de interesse social e cultural, encaminhados ao desenvolvimento progressivo e pleno de sua personalidade, atitudes e capacidade mental e física (...)”.

Segundo o jornalista Pedro Ibañez<sup>35</sup>, que trabalhou no departamento que cuidava de toda área de comunicação de publicidade da RCTV durante o golpe de Estado, esclarece que existem profissionais que trabalham para a grande mídia e que não se

---

<sup>34</sup> Em meio ao auge da crise do espaço aéreo no Brasil, em junho de 2007, rádios comunitárias foram acusadas de atrapalhar a comunicação entre torre e piloto e que devido a isso o mais importante aeroporto do país, Congonhas, em São Paulo, teve que ser fechado duas vezes no mesmo dia.

<sup>35</sup> Em entrevista à autora (Simioni, Mônica).

incomodam com a manipulação da informação por terem uma identificação ideológica com a opinião da empresa. Pedro afirma que “Nesses casos não dá pra ser imparcial. Há uma questão de identificação corporativa. Muitos jornalistas que trabalham na RCTV se identificam com a ideologia do canal. E não reclamam porque não se incomodam com isso. São pessoas que acreditam nisso e não passam por situações difíceis”. Para ele, a lei Resorte foi um marco positivo para o setor:

“A censura nunca chegou como eles [a oposição] afirmavam. O governo regulou. Era uma falta de respeito com o presidente. Era racista. Que ‘Chávez era negro’... E como um país tropical pode ser racista, não? Lembro que diziam que Chávez não era presidente da Venezuela mas a primeira dama de Cuba. E isso foi dito por um programa de rádio. Esse tipo de coisa tem que ser regulado. Não se pode faltar ao respeito tampouco com qualquer pessoa”.

Entretanto, o jornalista Héctor Escalante<sup>36</sup>, que trabalha na Rádio estatal YVKE, destaca que, apesar da Lei, “Ainda vemos que existem meios de comunicação na Venezuela que a descumprem. Penso que realmente é necessária e te dou dois exemplos: não se justifica a transmissão de programas com cenas de sexo e violência em horários de programação infantil e, também, urgia incluir a produção nacional independente, para acabar com a hegemonia das grandes indústrias midiáticas”.

Para ele, a liberdade de expressão existe hoje mais do que nunca na Venezuela: “Qualquer venezuelano pode expressar seu sentimento sem ser reprimido. Prova disso se evidencia nas diferentes manifestações públicas que se tem feito tanto a favor do governo como da oposição. Cada grupo expressa sua posição sem que se imponha nenhum tipo de censura”.

A lei Resorte é exemplar e deveria ser reproduzida em nosso país. Ela criou o marco legal para destinar uma pequena parte do orçamento da Petróleos de Venezuela (PDVSA), umas das quatro maiores exportadores de petróleo do mundo, para políticas públicas. Entre estas está o incentivo à democratização do acesso a informação. Assim, fomenta o surgimento e o desenvolvimento de novos meios de comunicação. Desde o golpe, tevês e rádios comunitárias, pequenos jornais de comunidades e missões recebem

---

<sup>36</sup> Em entrevista à autora (Simioni, Mônica).

atenção especial e são considerados instrumentos estratégicos para a disputa de idéias na sociedade que vivencia um processo dialético de transformação.

## **Espetacularização**

Como afirmou o professor José Arbex (2003), a espetacularização do mundo atenua as fronteiras entre os gêneros “jornalismo”, “entretenimento” e “publicidade”, produzindo telejornais que adotam a linguagem das telenovelas e das peças publicitárias. Na Venezuela essa confusão de categorias midiáticas é bastante comum. A mesma linguagem dramática e romanceada típica da estética das novelas é usada também nos telejornais venezuelanos. É um recurso encontrado na maioria das emissoras privadas, criando uma atmosfera de tensão e medo no telespectador. Até a Globovisión, que se auto-intitula o único canal aberto voltado exclusivamente ao jornalismo, usa e abusa dele.

A estética da maioria dos programas televisivos ditos jornalísticos na mídia privada é constituída pela fórmula: apresentadores (homens e mulheres) brancos e atraentes, transparecendo tensão e preocupação (como se uma guerra pudesse começar a qualquer momento). A pauta é voltada a narrar e julgar acontecimentos do noticiário nacional – com destaque para o que diz e faz o presidente Hugo Chávez.

O programa “Grado 33”, transmitido pela Globovisión, é um exemplo desse falso jornalismo. Apresentado por Norberto Mazza e Maria Elena Lavaud, o programa – que tem patrocínio da Movistar, a maior operadora de telefonia do país segundo a Conatel – é composto por cinco blocos e tem duração de uma hora. O cenário simula um estúdio jornalístico com televisões e mapas. Os dois apresentam o programa de pé e vão narrando os fatos políticos como se fosse uma novela. O programa usa muitas imagens de líderes da oposição, deputados governistas e do presidente Chávez.

Nos países da América do Sul, o padrão de beleza ainda reproduz o olhar europeu e norte-americano, principalmente com a globalização da indústria cultural, forçando uma descaracterização dos traços latinos, cujos laços originais estão enraizados nos povos indígenas.



Na Venezuela, como na maioria dos países do continente, as mulheres consideradas belas, segundo os critérios imperialistas, provêm da classe dominante. Em uma sociedade altamente midiaticizada, em que realidade e ficção se misturam prejudicialmente, muitas destas mulheres se tornam referências dentro e fora do país repercutindo o discurso oposicionista.

Uma dessas militantes ativa é Maria Conchita Alonso, primeira finalista do Concurso de Miss Venezuela em 1975. Atriz e cantora, protagonizou várias novelas na RCTV<sup>37</sup>. Desde 1982 vive em Los Angeles (Califórnia), onde passou a atuar na indústria cinematográfica norte-americana. É uma das líderes da Organização de Venezuelanos em Exílio (Orvex), que realiza protestos periodicamente em Washington contra o terrorismo na Venezuela e em Cuba. Tanto Conchita quanto a Orvex contam com grande espaço na grande mídia mundial. Entre os divulgadores de suas ações está a CNN.

A existência destes e outros programas é prova concreta de que existe sim liberdade de imprensa no país. O que realmente está por trás dos ataques ao governo Chávez é a contrariedade da classe dominante com o projeto revolucionário do governo bolivariano. Principalmente depois que seu líder inseriu entre suas perspectivas a construção do socialismo do século XXI.

## Bibliografia

- ARBEX, José (2003). Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: Dênis de Moraes (org). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, p. 385.
- GRAMSCI, Antonio (2004). *Cadernos do cárcere, vol. 2, Os intelectuais. O princípio*

---

<sup>37</sup> A RCTV agora é transmitida via satélite pela Direct TV, cujo proprietário é o magnata Gustavo Cisneros, dono do canal Venevisión.





*educativo. Jornalismo - 3ª edição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIMA, Venício A. “O Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)”, 10/09/2007, disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>.

RAMONET, Inácio (1999). *A tirania da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SIMIONI, Mônica (2007). *Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pósgolpe*

*de 2002*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

VENEZUELA. Ley de Responsabilidad de Responsabilid Social en Radio y Televisión. Caracas: Imprenta Nacional, 2000.